

Quem decide da recessão?

Um dia depois de haver o ministro da Fazenda alertado os dirigentes de sindicatos operários contra o perigo de uma profunda recessão, o presidente José Sarney assegurava, por intermédio de seus porta-vozes, que o Brasil não irá cair este ano na recessão. Estamos certos de que o presidente da República não quer a recessão, como não a quer nenhum chefe de governo. Mas a recessão não pode ser repelida com palavras; para isso, são necessários atos. De qualquer modo, os argumentos com que o presidente justifica seu otimismo não são muito convincentes.

A opção pelo crescimento econômico foi sempre, como a opção pela política social, uma linha-mestra do governo do presidente José Sarney. O "social" foi solapado pela inflação, que aceitou com grande complacência e que os diversos "choques heterodoxos", por ele aprovados com entusiasmo, apenas incrementaram. A opção pelo crescimento serviu-lhe de pretexto para que endossasse a decretação da moratória e se opusesse ao entendimento com o FMI (até mesmo quando seus ministros peemedebistas desejavam esse entendimento), que, na época, julgava servir à causa da recessão. Agora, tomando conhecimento dos dados verdadeiros (?), o

presidente Sarney está mudando radicalmente de parecer e aquilo que ontem condenava afigura-se-lhe o caminho da salvação.

O presidente parece hoje convencido de que, na ordem das prioridades, o combate contra a inflação deve ocupar o segundo lugar, cabendo o primeiro ao crescimento. A nosso ver, não há crescimento com inflação, embora devamos reconhecer que, nestes dois últimos anos, foi a inflação decorrente do déficit público que sustentou o crescimento. Mas o crescimento foi artificial e, cedo ou tarde, chega o dia da verdade, em que a conta tem de ser paga.

O presidente afirma que dispõe de instrumentos técnicos (?) que, dentro de alguns meses, permitirão reduzir a inflação, atualmente em 16,5%, para 3 a 5%. Sua ambição parece demasiada, pois, mesmo num regime de implacável austeridade econômica, o déficit do serviço público permanecerá muito elevado (2% do PIB). Os instrumentos técnicos manejados pelo Plano Cruzado e pelo Plano Bresser acabaram custando muito caro ao País. Os instrumentos técnicos prestantes são duas ferramentas bem simples: extinção do déficit e compressão monetária. O uso destes instrumentos, ao menos no início, não permite crescimento muito significativo.

Em 1986, o presidente Sarney, no ápice de sua popularidade, batia-se por uma política de incremento do consumo que servia de sustentáculo para o crescimento. Hoje, à luz de informações objetivas, está descobrindo que o crescimento não se avalia pelas vendas no varejo (que são consequência e não causa), mas pelo volume dos investimentos. Daí provém seu otimismo: o crescimento será impulsionado pelo restabelecimento do afluxo de recursos externos. O otimismo seria justificado se esse afluxo fosse restabelecido a curto prazo.

As mudanças e transformações que se produzem no regime econômico são, em geral, lentas. Ainda não se chegou a acordo com os bancos credores (acordo cuja validade será provavelmente de curto prazo), ainda não ficou pronta a nova Constituição do Brasil, ainda não estão claramente traçados os novos rumos da política econômica nacional. O acordo com o FMI representará, sem dúvida, apreciável progresso, mas ainda não foi sequer discutido. Desse acordo depende, porém, a normalização das relações do País com o Banco Mundial, com o BID e com o Clube de Paris, que o presidente, todavia, já considera como favas contadas.

Avançou-se bastante, no plano das intenções, com a decisão de proporcionar condições favoráveis à volta do capital estrangeiro sob a forma de capital de risco, notadamente no tocante aos mecanismos de conversão da dívida externa. Seria muita ingenuidade, porém, imaginar que, da noite para o dia, o País será inundado pelo afluxo de capitais — não sendo, entretanto, capaz de oferecer-lhes garantias políticas (que dependem do andamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte) nem econômicas, uma vez que os investimentos na infraestrutura vêm sofrendo grande atraso.

Gostaríamos de poder partilhar do otimismo do presidente da República. Antes disso, porém, teremos de lembrar-lhe que, no Brasil, não basta ter, na área econômica, ministros competentes e austeros: é preciso que gozem de total apoio do chefe do governo. A paciência é também necessária, pois, sendo já lentas as transformações no campo da economia, mais lentas ainda se tornam após três anos de desgoverno, em que os problemas se avolumaram. Deve-se manter o otimismo, que é até necessário. Mais necessário ainda, entretanto, é conservar o senso de realidade.